

## Quilombo da Boa Esperança: A ancestralidade que se recusa a queimar

Douglas Pinheiro Amaranes<sup>1\*</sup> , João Paulo Macedo<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal do Delta do Parnaíba - Brasil

\*Autor de correspondência: [d.amaranes095@gmail.com](mailto:d.amaranes095@gmail.com)

### RESUMO

O artigo aborda a luta da Comunidade Boa Esperança em Teresina pelo autorreconhecimento como quilombo urbano. Explora a importância de resgatar a história oficial da cidade hegemônica e as histórias vivas da cidade marginalizada. Utilizando a História Oral como metodologia, o estudo visa jogar luz e compreender os processos de ressignificação do território e das identidades negras na comunidade ao se reconhecer como quilombo.

### PALAVRAS-CHAVE:

Boa Esperança  
Quilombos  
Teresina

### ABSTRACT

The article addresses the struggle of the Boa Esperança Community in Teresina for self-recognition as an urban quilombo. It explores the importance of rescuing the official history of the hegemonic city and the living histories of the marginalized city. Using Oral History as a methodology, the study seeks to shed light and understand the processes of resignification of the territory and black identities in the community by recognizing itself as a quilombo.

### KEYWORDS:

Boa Esperança  
Quilombos  
Teresina

### RESUMEN

El artículo aborda la lucha de la Comunidad Boa Esperança en Teresina por el auto-reconocimiento como quilombo urbano. Explora la importancia de rescatar la historia oficial de la ciudad hegemónica y las historias vivas de la ciudad marginada. Utilizando la Historia Oral como metodología, el estudio busca arrojar luz y comprender los procesos de resignificación del territorio y las identidades negras en la comunidad al reconocerse como un quilombo.

### PALABRAS-CLAVE:

Boa Esperança  
Quilombos  
Teresina

**SUBMETIDO:** 19 de agosto de 2023 | **ACEITO:** 20 de dezembro de 2023 | **PUBLICADO:** 21 de dezembro de 2023

© ODEERE 2023. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

## Introdução

Neste artigo, propomos uma análise das questões pertinentes ao processo de autorreconhecimento do quilombo da Comunidade Boa Esperança, explorando sua interligação com a cidade de Teresina, capital do Piauí. Essa análise provem dos resultados encontrados em uma dissertação de Mestrado, que investigou o processo de autorreconhecimento da Comunidade Boa Esperança como quilombo urbano.

Nosso objetivo com este artigo é estabelecer o contexto que permite compreender as lutas e as raízes ancestrais que desempenham um papel crucial no desenvolvimento do que se tornou o quilombo para a Comunidade Boa Esperança. Para alcançar tal compreensão, é essencial examinar tanto a narrativa oficial da cidade predominante quanto as histórias vividas da cidade periférica, que por vezes são negligenciadas, eclipsadas e excluídas das fontes documentais formais.

Essa demanda se justifica, pois na capital do estado sempre coexistiram e ainda coexistem duas realidades, como discutido por Nascimento (2015). Desde a fundação de Teresina, surgiu a versão oficial apresentada nos jornais e documentos do Estado, delineando uma cidade moderna, organizada, com áreas verdes e isenta de problemas. Em contrapartida, existe a face da cidade que não é retratada nas mídias, aquela que ao longo dos anos de urbanização foi relegada à margem e à marginalização devido à negligência estatal em favor da concepção planejada da cidade.

Desta forma, não nos restringimos necessariamente a um percurso cronológico ao abordar os processos históricos de urbanização de Teresina, bem como às ações em prol do desenvolvimento e da reestruturação social. Isso ocorre porque é no âmago das tensões geradas pelo progresso e pelas heranças da colonização e escravidão que emergem os conflitos, os processos e, sobretudo, os significados que influenciam e se constroem em conjunto com a necessidade da Comunidade Boa Esperança de estabelecer sua própria compreensão e autodeterminação enquanto quilombo.

Para alcançar os objetivos e permitir o envolvimento dos pesquisadores, participantes da pesquisa e suas oralidades, foi adotada a História Oral (HO) como

caminho metodológico. Essa escolha tornou o trabalho uma pesquisa descritiva qualitativa. Seguindo uma abordagem baseada nas propostas de Martín-Baró (2017) para psicólogos sociais da América Latina. Essa abordagem envolve uma prática que combate a alienação e tem como norte três grandes tarefas: sistematização das consciências populares, resgate e potencialização das virtudes populares e análise das organizações populares.

Ao utilizar a História Oral como abordagem metodológica, foram coletadas as memórias dos moradores da Comunidade Boa Esperança como fonte principal para as narrativas construídas na pesquisa. Conforme apontado por Delgado (2006), os registros, a construção de fontes e narrativas ocorrem no cruzamento de intersubjetividades, de modo que o passado é espelhado no presente e as dinâmicas pessoais se conectam aos processos coletivos.

## **Método**

A história oral (H.O) representa uma abordagem que visa captar e esclarecer vivências e experiências que não estão prontamente disponíveis em fontes convencionais. Seu propósito é fomentar uma reflexão social e construir uma narrativa histórica a partir dos relatos provenientes de fontes não oficializadas. Nesse contexto, o pesquisador, conforme delineado por Delgado (2006), se depara com a intrincada teia da memória, identidade e comunidade de tal forma que o pesquisador irá conhecer e analisar (re)construções históricas através dessas memórias e das práticas sociais vividas no passado e no presente (Perin,2005).

A pesquisa seguiu as resoluções e normativas para a pesquisa com seres humanos estabelecidas pela Resolução n. 466/2012 e as normas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais definidas pela Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi aprovada pelo CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

Foram utilizados dois instrumentos nesta pesquisa: diários de campo e entrevistas semiestruturadas gravadas. Os entrevistados são líderes reconhecidos pela comunidade, das lutas locais e do processo de reconhecimento quilombola; foram eles: Lucia, Chico e Novinho. O contato com os participantes foi intermediado pelo Centro de Defesa Ferreira de Sousa, que também os apresentou

em diversas atividades na comunidade.

## **A Boa Esperança e Teresina**

Os processos de culminaram na construção da capital, ocorreram desde a transformação da Vila do Poti em Teresina e sua malha urbana e demográfica foi ocupando as terras pertencentes aos indígenas Poti segundo Gandara (2011). Sua história se escreve a partir das contradições da cidade planejada por uma elite burguesa branca, porém construída por corpos que a mesma o julga indesejáveis e a exclui do acesso a direitos básicos.

É no seio, ou melhor dizendo no útero da cidade, pois segundo Maria Lucia, presidente em exercício do Centro de Defesa Ferreira de Sousa “*fomos nós que parimos a cidade*” onde se localiza o Quilombo da Boa Esperança.

Nas primeiras reuniões com a comunidade, que começaram a surgir de forma remota devido à pandemia da COVID-19, conversamos sobre o andamento da luta contra o Banco Mundial, a paralisação das lagoas do norte, a construção do museu virtual da Boa Esperança, a construção de um museu vivo da Boa Esperança e muitas outras questões. Uma fala que sempre foi recorrente e que me marcou, repetindo-se outras centenas de vezes, foi: “*Nós construímos a cidade, nós construímos Teresina.*” e não à toa reivindicam para si parte da história de Teresina.

Foi do território da Boa Esperança que saiu o barro, que virou tijolos, que construiu prédios, pontes, escolas, hospitais e casas. Teresina foi erguida pela força de uma das principais atividades econômicas dos moradores da comunidade, o trabalho nas olarias, de retirada do barro e da confecção dos tijolos e telhas.

Na entrevista, Chico, relatou que o território foi bastante explorado, através das olarias, de onde eram retirados os materiais que construíram Teresina. O morador, que trabalhou com o barro desde criança, coloca a olaria como a principal fonte de renda, mas que, mesmo com o trabalho árduo, os moradores da Boa Esperança não eram recompensados de maneira digna. Segundo ele, nunca foram compensados, pois em um certo momento a prefeitura retirou a possibilidade de os oleiros continuarem com seu sustento e não indenizaram corretamente os moradores que ficaram sem profissão.

As olarias também passaram a ter um significado para além do econômico,

bem como as vazantes, tornaram-se modo de vida, que Chico, denominou como modo de vida do rio:

“O Rio tem um modo de vida, né, o modo de sobreviver, que era a vazante, era a pesca, naquela época tinha muito peixe no Rio, né, as pessoas do Rio, muito, mas muito mesmo da pesca e das olarias, né!? O trabalho de olaria, né, A gente trabalhava de olaria, né, eu que era o mais velho, eu trabalhava, porque meu pai às vezes passava de semanas, às vezes até de mês no Maranhão, trabalhando de roça, queria botar roça no Maranhão e a gente ficava aqui na peleja mesmo né!? Eu trabalhava de olaria, né, levava alguns irmãos mesmo para ajudar e aí o que eu ganhava, a gente trocava por comida, o meu trabalho era trocado por comida, né, e às vezes até leite para dar pros meus irmãos mais novos, que vieram depois.” (Chico)

Se por um lado o trabalho braçal era sofrido e pouco recompensado por Teresina, os encontros e trocas nas olarias, segundo Maria Lucia, eram muito importantes para a formação de um senso de comunidade e valores humanos:

“E aí, assim, ao mesmo tempo, o papai ensinou a gente o ofício, tanto de plantar, de carregar água e da olaria, ele ensinava os valores, né? Que a gente tinha que aprender para não ficar solto, né? Não ficar solto no mundo e aprender os valores humanos, o valor do respeito, o valor da vida em comunidade, o valor do trabalho, sabe? Então a gente foi o valor das relações e a partir daí também a gente vai fortalecendo isso, porque a gente vê que na olaria quando a gente trabalhava, trabalhava todo mundo. Trabalhava eu, que era criança, meus irmãos, outras crianças e as pessoas adultas. Então tudo ali era uma aprendizagem para a gente. Aquele processo ali de aprendizagem, um tempo trabalhava ali, outro trabalhava na vazante” (Lucia).

Dessa maneira é interessante perceber que através do trabalho, os moradores passaram a construir seu vínculo com o território e com a natureza, pois ao retirar o barro e transformá-lo em tijolos para construir a capital, também construíram e estabeleciam relações comunitárias e fortaleciam seus vínculos.

A seguinte visão está alinhada com a observação de Pereira (2017, p.25) sobre a comunidade, que a entende como um lugar “onde pessoas, animais, rios, lagoas, plantas, terra e quiabos se constituem reciprocamente por meio de uma contínua interação”. Os moradores se apropriam desse espaço, transformando-o

em um território com suas próprias territorialidades e identidades étnico-raciais.

Nos documentos oficiais, poucos reconhecem a Comunidade Boa Esperança como existente, referem-se geralmente a moradores da zona norte ou aos residentes nas proximidades da Avenida Boa Esperança, afetados pelo programa Lagoa do Norte. Esses documentos raramente aprofundam a compreensão da comunidade e de seus habitantes como um território singular dentro de Teresina.

De fato, como observado por Pereira (2017), até mesmo entre os moradores não há consenso sobre onde começa e termina a comunidade formada pelo agrupamento de moradores, em sua maioria negros, que residem nas redondezas da Avenida Boa Esperança, atravessando alguns bairros da zona norte da cidade. No entanto, reconhece-se que, no trecho entre os bairros São Joaquim e Olarias, os moradores se identificam como moradores da Boa Esperança, tendo suas próprias territorialidades.

Embora algumas práticas tenham passado por transformações e, por vezes, tenham caído em desuso, elas continuam ligadas às identidades que se manifestam por meio de tradições orais e da luta da comunidade. Dessa forma, os moradores da Boa Esperança são compostos por vazanteiros, pescadores, oleiros, vaqueiros, brincantes do boi e povos de terreiros.

Esses moradores carregam consigo uma história de luta e existência, muitas vezes apagada e invisibilizada nas “histórias oficiais” sobre a origem e formação de Teresina.

Para entender esse contexto, é importante falar um pouco sobre a história de Teresina, a cidade ganhou fama por ser a primeira capital planejada do Brasil, surgindo em 1850 para substituir a cidade de Oeiras como capital da província do Piauí.

A decisão de alterar a sede administrativa e política do estado foi motivada por diversas dificuldades apresentadas pelos representantes da província em relação à localização de Oeiras, no sertão do Piauí, que era de acesso difícil e permaneceria distante dos ideais de modernidade e desenvolvimento que norteavam o país (Gandara,2011; Nascimento,2015).

Assim, iniciaram-se as discussões sobre a transferência da capital, fundamentadas no desenvolvimento, na modernidade e no progresso.

Começaram a ser discutidas formas de criar uma capital que representasse esses ideais. Nesse contexto histórico, especialmente o acesso a rios navegáveis, como aponta Gandara (2011), foi considerado.

Essas convicções foram a base das discussões sobre as políticas públicas no Piauí, incluindo a transferência da capital. O presidente da província utilizou estratégias políticas e representações para invocar a mudança da capital e os meios de transporte aquáticos, tentando representar uma nova era baseada na redução das distâncias, no desenvolvimento das comunicações, no progresso local e nas diversas transformações pelas quais o país passava na época.

Assim, entre 1793 e 1850, começaram as movimentações por parte dos presidentes da província para encontrar uma cidade às margens do rio Parnaíba que abrigasse a nova capital. A Vila do Poti, situada entre o rio Parnaíba e o rio Poti, foi escolhida.

O presidente da província responsável pela mudança da capital para esse local foi José Antônio Saraiva, que, segundo Silva (2020), ressurgiu com a ideia de transformar a Vila do Poti na nova capital para competir com a cidade de Caxias, no Maranhão, pelo comércio na região do médio Parnaíba.

Inicialmente, a transferência da capital para a Vila do Poti foi rejeitada pelo próprio Saraiva, que via problemas estruturais na região, como alagamentos e alta incidência de doenças endêmicas. Não era considerado um local propício para a fundação de uma capital. Vale ressaltar que existem registros de que, por volta de 1660, essas terras eram habitadas por indígenas (Poti) da etnia Tremembé. No século XVIII, a região já possuía uma dinâmica comercial e uma população expressiva, de acordo com Pereira e Moraes (2014).

Para efetivar a transferência da capital, o presidente da província buscou um acordo com os moradores, visando a construção de uma nova Vila do Poti na fazenda conhecida como Chapada do Corisco. Dessa maneira, foram vendidos à população os ideais de modernidade e desenvolvimento que chegariam com a nova capital. Com o apoio de parte dos habitantes, a Vila Nova do Poti foi erguida ao norte da cidade, a cerca de 6 km da Vila Velha do Poti (Gândara, 2011; Pereira e Moraes, 2014).

Podemos dizer que a construção da cidade ocorreu pelas mãos negras de escravos ou pessoas livres, que desempenharam um papel fundamental na

ocupação do espaço de Teresina e na sua paisagem. Eles não apenas contribuíram com seu trabalho, mas também com sua forma de socializar e se relacionar com a nova capital e seus habitantes, que, em sua maioria, eram pessoas não brancas, pretas e pardas, desde a fundação da cidade.

Uma das obras resultantes desse processo foi a igreja matriz Nossa Senhora do Amparo, localizada no centro do “tabuleiro de xadrez”, como era denominado o modelo de cidade colonial que balizou a construção de Teresina planejada por Saraiva, situada entre os rios Parnaíba e Poti (Monte, 2010)

No documentário “Camada das Águas Invisíveis” de 2020, disponibilizado em <https://www.museudaboaesperanca.org/audiovisual>, o historiador Raimundo Filho, conhecido como “Novinho”, relata que Saraiva escolheu criar a Vila Nova do Poti na Chapada do Corisco em conluio com as elites locais que não desejavam se misturar com os antigos habitantes. Conforme o historiador, houve uma traição por parte do então presidente da província em relação aos moradores da região. Embora tenham contribuído com sua mão de obra, técnicas e conhecimentos científicos, além de terem suas terras exploradas para a extração de matéria-prima destinada às construções, esses moradores continuaram a viver em condições precárias e insalubres, sofrendo com a falta de melhorias e enfrentando dificuldades crescentes.

Ao analisar a atuação do poder público na cidade e sua urbanização, Monte (2010) salienta que, nos anos 1970, os programas urbanísticos e de modernização no Brasil envolviam diversos discursos e práticas que tinham como objetivo intervir no espaço urbano, disciplinando o seu uso, sobretudo nos espaços ocupados pelas camadas mais pobres da população de Teresina. Nesse contexto, as territorialidades das camadas populares se diferenciavam dos ideais e da forma como os líderes da cidade se apropriavam do espaço e promoviam seu remanejamento.

O processo de produção urbana em Teresina ocorria por meio da dialética capitalista, que transformava o território segundo as necessidades do capital, como apontado por Lopes (2019). O autor também destaca que o processo de urbanização na sociedade capitalista resulta em segregação socioespacial, onde os benefícios urbanos se concentram em determinados locais da cidade, variando consoante os recursos dos indivíduos ou camadas sociais a que pertencem.

Nascimento (2015) reflete que, com o crescimento populacional de Teresina a partir da segunda década do século XX, tornou-se evidente a existência de uma Teresina plural. A primeira era o centro administrativo e capital moderna, projetada para e pela elite, que recebia obras de infraestrutura e serviços oferecidos pelo Estado. Por outro lado, existia outra Teresina, à margem, encoberta e esquecida pelo poder público, caracterizada por moradias precárias e muitas vezes negligenciada pelas fontes oficiais da história da cidade.

Para tentar disfarçar essas contradições e ampliar o território e a infraestrutura da cidade, o poder público, de acordo com Monte (2010) criou projetos de habitação que visavam remover esses moradores das áreas clandestinas no centro da cidade e realocá-los em conjuntos habitacionais e bairros localizados nas periferias da cidade.

Os processos de remanejamento causaram desterritorialização para esses moradores, afetando seus modos de vida e causando feridas tanto para aqueles que migraram para a cidade quanto para os antigos habitantes que contribuíram para a construção da cidade.

Um estudo antropológico contrário, produzido pelo Centro de Defesa Ferreira de Sousa em 2018, revela que à medida que Teresina se expandia, a região onde se localizava a antiga Vila do Poti (atualmente bairro Poty Velho e áreas próximas na zona norte de Teresina) e seus habitantes, com suas identidades e territorialidades distintas, foram sendo gradualmente esquecidos pelo poder público, resultando em condições ainda mais precárias e carentes.

Ao analisarmos o processo de urbanização de Teresina, é evidente a presença de múltiplas territorialidades em seu território. Além das duas histórias sobre a formação da cidade, podemos observar a existência de diversas práticas que se contrapõem, bem como as lutas recentes da Comunidade Boa Esperança, expressas nos discursos de seus moradores.

Por meio desses relatos, é possível constatar os ataques sofridos pelos moradores e o descaso por parte do poder público. No entanto, é unânime entre eles que a batalha mais árdua foi travada contra o Banco Mundial e a Prefeitura, devido aos danos causados e aos direitos violados através do Programa Lagoas do Norte (PLN).

Segundo o Novinho, o PLN foi um forte vetor que enfraqueceu os vínculos

comunitários e com o território. Muitas pessoas foram abruptamente expulsas de suas casas, sendo obrigadas a se mudar. Esse processo resultou em adoecimentos e constantes ameaças à territorialidade dos moradores, que temiam perder suas moradias.

O Programa Lagoas do Norte, fruto de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) e o Banco Mundial, foi apresentado como uma solução para os problemas ambientais e socioambientais, visando a urbanização das áreas consideradas menos desenvolvidas na zona norte da cidade. No entanto, de acordo com Varão e Rego (2016), o programa tem sido controverso desde o início, levantando questionamentos sobre os interesses de quem o administra e suas formas de implementação, que infringem os direitos da Comunidade Tradicional da Boa Esperança.

Os impactos negativos dessa iniciativa incluem alterações nos espaços urbanos alinhadas com as demandas do capital global, para promover uma suposta “limpeza social” e criar áreas para exploração imobiliária, resultando na remoção forçada de moradores da região. Varão e Rego (2016) compreendem que as constantes intervenções do Estado, em parceria com o setor privado para atender a essas demandas, tendem a causar desterritorialização por meio do deslocamento compulsório, resultando na perda do espaço de moradia e subsistência, bem como das referências que constroem as territorialidades dessas comunidades.

Segundo Novinho, a comunidade da Boa Esperança desenvolveu estratégias e mecanismos de autodefesa. Uma dessas estratégias é a criação de um museu, que funciona como uma espécie de fortaleza para a própria comunidade. Essa iniciativa ajuda a preservar a identidade da comunidade e conquistar reconhecimento. No entanto, a ameaça de remoção afeta profundamente a comunidade, levando as pessoas a se desmobilizarem temporariamente. No entanto, com a certeza de que não serão expulsos, “Novinho”, observa um movimento de retomada, com moradores voltando a criar animais e cultivar hortas em seus quintais, resgatando assim práticas tradicionais.

Essas estratégias mencionadas por Novinho são conduzidas pelo Centro de Defesa Ferreira de Sousa (CDFS), uma associação formada por moradores da Boa Esperança e assessores técnicos populares. O CDFS desempenha um papel

fundamental na organização da comunidade, na denúncia das violações ocorridas na comunidade e na região norte, e na luta direta contra as ameaças e desapropriações causadas pelo Programa Lagoas do Norte (PLN). O trabalho do CDFS é essencial para resgatar e fortalecer as identidades e as territorialidades construídas na Boa Esperança e é através desse movimento de fortalecimento e retomada das identidades que a comunidade começa a construir sua identidade como quilombo e a se reconhecer.

### **Quilombo, retomada e boa esperança**

A busca pela reconstrução das identidades negras por meio do quilombo é de extrema importância, uma vez que os negros têm sido alvo da negação de sua etnicidade. A intelectualidade e a racionalidade branca muitas vezes tentam apagar o protagonismo negro em sua própria história e conquistas, desde o período colonial. O debate em torno das mudanças nos conceitos de Quilombo e comunidades quilombolas converge para a ideia de autodenominação, rompendo com a hegemonia colonial que determinava quem poderia ser considerado quilombola ou pertencer a uma comunidade quilombola.

Autores como Santos (2018) e Souza (2021) apontam que os movimentos negros e as organizações que lutam pelos direitos das comunidades negras no Brasil entendem o Quilombo não apenas pela posse contínua da terra e pela conexão com antigos quilombos.

Nesse sentido, para compreender e reconhecer uma comunidade quilombola, é fundamental voltar a atenção para a identidade coletiva dessas comunidades, em vez de buscar vestígios que se relacionem diretamente com os quilombos do período colonial. É mais importante observar como as comunidades negras que se autodenominam quilombo se apropriam dos espaços que habitam, atribuindo-lhes funções de sobrevivência (como alimentação, economia e renda), criando símbolos culturais e estabelecendo laços afetivos e históricos com o território. Isso é o que Hasbaerth (1997) denomina de territorialidade.

Essa perspectiva ampliada e contextualizada do conceito de quilombo permite reconhecer a diversidade e a atualidade das comunidades quilombolas, valorizando suas práticas culturais, suas formas de organização e resistência, e

fortalecendo sua luta por direitos e pela preservação de sua identidade. Ao desvincular o conceito de quilombo do passado escravista e colonial, abre-se espaço para a autodeterminação e a valorização das narrativas e experiências das comunidades negras, contribuindo para uma visão mais inclusiva e justa da história e da realidade brasileira.

No livro “Tornar-se negro”, a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza (2021) analisa como a narrativa histórica construída pela branquitude desde a época da escravidão coloca o negro em uma posição de subalternidade e silenciamento, impedindo-o de expressar seu próprio discurso e construir sua identidade. Essa negação da voz e da experiência negra perpetua estereótipos, preconceitos e desigualdades, restringindo a capacidade dos negros de se afirmarem plenamente e reivindicarem seu espaço na sociedade.

Essas nuances fazem parte da jornada da Comunidade Boa Esperança no seu autorreconhecimento enquanto um quilombo urbano, enfrentando desafios, nos quais o conceito de quilombo se manifesta não apenas na luta pela garantia da terra e na defesa de seu território, mas também em recontarem sua própria história. Isso envolve questionar os documentos oficiais e a mídia tradicional, que frequentemente tentam obscurecer e apagar as identidades negras, não apenas na comunidade, mas também na cidade de Teresina.

Durante a entrevista, Novinho menciona que o processo de reconhecimento e valorização da identidade quilombola iniciou-se após a construção do museu itinerante. Esse museu proporcionou à comunidade uma oportunidade de resgatar suas origens, redescobrir suas memórias e compartilhá-las coletivamente a partir do território quilombola.

“E, ao mesmo tempo que o museu que já existia, que a ideia do museu anterior, a questão do reconhecimento, a gente tinha um museu itinerante que levava para as ocupações, e aí surgiu essa ideia, porque a prefeitura tentou congelar a comunidade, no sentido de que a gente não poderia mais mexer nas casas, não podia fazer mais nada, então aí a gente conseguiu derrubar ali” (Novinho).

Além disso, Novinho destaca que o museu também permitiu explorar formas opostas e alternativas ao Estado. Isso implica que a comunidade quilombola busca formas de organização e autonomia que vão além das estruturas e instituições

estatais, encontrando maneiras próprias de governança e tomada de decisões.

Essa perspectiva coloca a comunidade quilombola como protagonista na construção de sua história e na definição de seus caminhos futuros, baseando-se em sua própria cultura, tradições e valores.

Lúcia, também, ressalta a relevância de unir-se na luta e como isso fortaleceu ainda mais o desejo dos moradores de recuperarem seu território. O reconhecimento pessoal como quilombola desencadeou e revitalizou a conexão com outras identidades presentes no território.

“Os sentidos que se juntaram, que a pessoa começou a dizer, olha eu sou um vaqueiro, olha eu sou... Olha, eles começaram, né, a dizer, olha, eu sou um vaqueiro, começou a... Olha o que eu faço, assim. Aquele ato que até tem um vídeo, né, que o menino fez, esqueci até o nome dele, mas que ele vai falar, olha eu sou um vazanteiro, olha eu sou um pescador, entendeu? Isso fortaleceu mais, ficou muito mais forte. É o fortalecimento das identidades a partir dos modos de vida, sabe, dos ofícios. Fortaleceu mais nesse sentido, fortaleceu muito.” (Trecho Lucia)

Para além da união entre os moradores da Boa esperança é importante frisar, como dito pelos moradores entrevistados, a importância da troca de saberes e conhecimentos com quilombolas de outras localidades que deram e dão suporte para construção do quilombo da Boa Esperança, isso fica evidente na seguinte fala de Chico:

“A gente recebeu muita influência de companheiros nossos, que são quilombolas, do companheiro Bispo, que hoje é um dos caras conhecidos na área, é um dos homens mais respeitados na área quilombola, do Aureo, que é uma outra pessoa, e da própria Sueli, da Sueli Rodrigues, que foi uma pessoa que trabalhou a vida inteira, ela se sentiu um quilombola, uma mulher quilombola, e eu também pelo fato de ter a influência ligada à minha vida toda na trajetória da vida que o povo negro teve, principalmente morando nessa região aqui, onde as pessoas de maioria são de pele negra” (Chico)

Assim, podemos entender que o quilombo da Boa Esperança se origina a partir de um movimento de retomada, fortalecimento de laços e autonomia em relação ao Estado. Os moradores conseguem compreender, ao lembrar suas experiências, a conexão direta com seu território e como o utilizam desde que se

estabeleceram ou nasceram lá.

o Quilombo emerge como esperança na iminência de novas remoções forçadas. Esse significado atribuído ao quilombo é enfatizado por Lucia, que, ao examinar o período em que os diálogos sobre a autoidentificação da comunidade como quilombo iniciaram, destaca que nesse momento a comunidade enfrentava ameaças persistentes de despejo e perda de território.

É relevante destacar que, conforme os depoimentos dos moradores entrevistados, a comunidade na totalidade adotou uma posição unânime nos estágios iniciais das discussões sobre o autorreconhecimento como uma comunidade quilombola.

No entanto, devido à demora na resposta por parte da Fundação Palmares, que naquela época estava sob a gestão de um governo que dificultava a titulação de terras pertencentes a quilombolas e com as promessas da nova administração municipal a comunidade começou a questionar a viabilidade de prosseguir com o reconhecimento de sua condição como quilombo. Chico, fala abertamente sobre isso no seguinte trecho:

“E aí a gente fez algumas reuniões com a comunidade e foi muito bem recebido essa proposta de que a gente poderia estar, inclusive a gente tem até isso em ata, em registro da comunidade, de que a gente achava que poderia ser uma via para poder a gente criar mais força e se organizar melhor na luta junto à prefeitura. E aí a gente fez todo o processo e mandamos para a Fundação Palmares. A gente mandou a ata, a gente preencheu os requisitos que eles pediram e aí isso já tem o que? Foi em 2018. De 2018 para cá até hoje a gente só teve uma resposta, que o processo ainda estava em análise e que precisaria a gente fazer uma reformulação nesse processo. E aí houve várias outras discussões também dentro da comunidade e uma companheira da comunidade começou a questionar e ela foi uma das pessoas que no início achei maravilhoso a gente ser reconhecido como comunidade quilombola.” (Trecho Chico)

Lucia, também relata ter esta percepção:

“Aí na campanha agora desse senhor Pessoa que tá aí, ele disse que ia dar a terra para as pessoas e aí nessa iminência dele dizer que ia dar a terra, que ele tá mentindo que ele não vai dar nada, se a gente não for atrás, as pessoas dizem: “não, nós não queremos mais quilombola, nós queremos

agora, é o nosso título de terra." E aí eu tenho dito para a comunidade, sim, mas será que o nosso modo de vida aqui é um modo individual? Será que essa terra bem que tem como fazer, dar o título dela sem a gente contar com o rio?" (Lucia).

É possível compreender a partir das falas de Lúcia, Chico e Novinho o resultado do apagamento histórico e das constantes ameaças de desterritorialização impostas pelo colonialismo, que gera receio nas pessoas em se autodeclararem quilombolas, ao mesmo tempo, em que elas se apropriam de seu território e reinventam suas práticas.

No entanto, mesmo nesse cenário desafiador, podemos concluir, através do processo vivenciado pela comunidade da Boa Esperança ao se identificar como quilombo, que esse processo é impulsionado pela esperança que surge quando os moradores se organizam politicamente em torno de seu território.

O quilombo passa então a ter um significado de segurança, coletividade e construção de um futuro que permita aos moradores permanecerem em seu território. Esse território não é apenas um espaço físico, mas também uma percepção de pertencimento e uma oportunidade de resgate e fortalecimento de suas identidades, que foram atacadas ao longo de décadas.

Podemos concluir que a ideia de se tornar um quilombo é, na verdade, o ápice do reconhecimento do que a comunidade já é. O quilombo é o ponto de convergência de todas as lutas da comunidade, assim como de todas as maneiras pelas quais os moradores utilizam seu território, seja para a pesca, agricultura, pecuária ou cerâmica.

A resposta definitiva sobre se a comunidade é um quilombo só pode ser dada por ela mesma. No entanto, ao acompanhar a comunidade nesses períodos, é evidente que ela tem se organizado cada vez mais para preservar sua história, seu território e suas identidades, evitando que sejam subjugados pela lógica capitalista de uso do território. Para encerrar, citarei o grito de luta da comunidade: "Lagoas do norte pra quem?" e questionarei. Quilombo da Boa Esperança, por quem?

## Considerações Finais

Foi possível através desta pesquisa conhecer e fazer parte da História viva contada e construída pelos moradores da comunidade Boa Esperança, que se propaga na oralidade das histórias e dos causos sobre as lutas e alegrias da morar na Boa esperança e materialmente na construção de seu próprio museu construído de maneira coletiva.

A metodologia utilizada foi útil partindo do contexto que se encontra e como surge a luta da comunidade por autorreconhecimento como quilombo. De certa maneira, ir às reuniões e confraternizações é ter contato com as mais diversas e carismáticos contadores da história da própria comunidade que se confunde com as histórias dos sujeitos.

Porém, nem tudo são flores, infelizmente devido a questões estruturais como: falta de mobilidade urbana em Teresina, tempos e contratempos tanto por parte dos pesquisadores quanto de alguns possíveis entrevistados, não conseguimos entrevistar mais moradores de maneira individual e de certa forma, foi a principal dificuldade metodológica.

Mas mesmo com essa dificuldade foi possível investigar os processos de resignificação do território e identidades negras na luta pelo autorreconhecimento como quilombo da comunidade.

Os resultados e discussões da dissertação revelaram que a comunidade Boa Esperança enfrenta invisibilidade por parte do poder público e marginalização de seus moradores e territórios, inclusive na história oficial de Teresina, que pouco reconhece a contribuição desses habitantes na construção da capital.

Diante dessas condições, a comunidade reagiu de forma coletiva e autônoma, buscando sobreviver e existir no espaço que se tornou seu território. Uma das estratégias adotadas foi o autorreconhecimento como quilombo, através da rememoração e retomada de suas identidades, que ao longo do tempo haviam se enfraquecido.

Essa organização foi impulsionada pela criação do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, uma associação de moradores que, em parceria com outros movimentos sociais, obteve conquistas significativas para a permanência em seu território e afastou a intervenção do Banco Mundial na região, paralisando assim o

programa Lagoas do Norte e reduzindo as ameaças de desapropriação.

Além disso, é importante destacar as reflexões sobre os sentidos ressignificados em relação ao território, através da luta pelo autorreconhecimento como um quilombo. Essa luta representa uma forma de permanecerem em sua casa, ao mesmo tempo, em que acrescenta à comunidade o sentido de retomada do território, unindo os moradores à sua identidade e ao território, especialmente na relação com os rios.

Em suma, o autorreconhecimento como quilombo possui três dimensões: territorial, afetiva e de organização política. A dimensão territorial está relacionada à defesa do território e das territorialidades; a dimensão afetiva diz respeito à forma como os moradores são afetados pelo contexto em que vivem; a dimensão de organização política envolve a construção autônoma e conjunta da organização da comunidade, permitindo que os próprios moradores decidam os rumos a seguir.

Diante disso, se faz necessário realizar mais pesquisas que aprofundem e compreendam essas dimensões observadas nos processos de autorreconhecimento como quilombo na comunidade Boa Esperança. Além disso, é fundamental proporcionar maior visibilidade da academia piauiense para a comunidade, que muitas vezes tem sua luta reconhecida por pesquisadores estrangeiros, mas é esquecida pelos pesquisadores do próprio estado.

## Referências

- Centro de Defesa Ferreira de Sousa. *Contra Estudo Antropológico*. Teresina (2018).
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. *História Oral*, [S. l.], v. 6, 2009. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v6i0.62>. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>.
- GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: **a Capital sonhada do Brasil Oitocentista**. *Revista Historia*, volume 30, número 1, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100005>.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. 1ª ed. Niterói: EDUFF, 1997.
- LOPES, Leandro Gomes Reis. **Minha casa, minha outra vida: impactos psicossociais da segregação socioespacial**. 2019. 323 f. (Tese de Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.
- LIMA, Lorena; VARÃO, Moura; REGO, Natasha Karenina de Sousa. O caso da luta das mulheres contra o deslocamento compulsório na Av. Boa Esperança, Teresina-PI. In: *Anais do VI Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais*, Diego Augusto

Diehl e Liziane Pinto Correia, organizadores. Brasília: IPDMS, 2016.

MONTE, Regianny Lima. A CIDADE ESQUECIDA: **(res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970**. 2010. 235 f. Dissertação de Mestrado em História do Brasil – UFPI, Teresina, 2010.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Crítica e libertação na psicologia. 1ºed. Petrópolis,RJ: VOZES, 2017.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. A cidade Sob o fogo: **modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

PEREIRA, Lucas Coelho. Os reis do quiabo: **Meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí**. 2017. 208 f. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PEREIRA, Lucas Coelho. ; MORAES, Maria Dione Carvalho. . **Entre "Teresina nasceu aqui" e 'Aqui no Poti e lá em Teresina': identidades e alteridades na memória oral do bairro Poti Velho**. In: XII Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento, 2014, Teresina-PI. Anais Eletrônicos do "XII Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento", 2014.

SANTOS, Danilo José dos. Comunidades urbanas e rurais no contexto quilombola brasileiro: **análise social, histórica e suas especificidades**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, 23/05/2018.

SILVA, Victor Marcelo Pires Gonçalves da. Teresina: **entre a vanguarda e as cousas pretéritas (1852 ao primeiro decênio do século XX)**. 2020. 212 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SOUZA, Bárbara Oliveira. Aquilombar-se: **panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se Negro: Ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.